



IGUATEMI

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

POLÍTICA DE DEFINIÇÃO E RESPONSABILIDADES PARA A GESTÃO DE RISCOS

Sumário

1. Objetivo.....	3
2. Definições.....	3
3. Ferramenta Suporte.....	5
4. Conteúdo.....	5
5. Referências.....	11
6. Anexos.....	11

**POLÍTICA DE DEFINIÇÃO E
RESPONSABILIDADES PARA A GESTÃO DE RISCOS
DA IGUATEMI EMPRESA DE SHOPPING CENTER S.A.
("POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS")**

1. Objetivo

- 1.1. Esta Política define diretrizes e responsabilidades para a Gestão de Riscos da Iguatemi ("Companhia"), integrando o processo decisório ao planejamento estratégico e à definição de apetite a risco, com foco em proteger e gerar valor à Companhia.
- Com isso, o documento visa promover na organização uma linguagem comum de gerenciamento de riscos, facilitando a disseminação do conhecimento e incorporando a Gestão de Riscos na cultura da Companhia.

2. Definições

Riscos: quaisquer eventos que, se materializados, podem impedir o alcance de objetivos específicos/ planejamento estratégico da Companhia. Abrange uma visão/ escopo de verificação da cadeia de forma integral, inclusive riscos e fatores de riscos que podem estar associados a outros *stakeholders*.

Fator de risco: ocorrência de evento ou alteração de um conjunto específico de circunstâncias que contribuem para que eventualmente um risco se materialize. O mesmo risco pode conter um ou mais fatores relacionados.

Oportunidade: refere-se a uma situação ou evento que, se aproveitado, pode levar a um resultado positivo ou benefício para a organização. Diferente dos riscos, que são potenciais ameaças, as oportunidades são potenciais ganhos que podem ser identificados e explorados para melhorar o desempenho, aumentar a eficiência ou alcançar objetivos estratégicos.

Risco Estratégico: riscos que possam impactar no alcance dos objetivos estratégicos e a execução da estratégia planejada.

Risco Operacional: risco de perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos, ou de eventos externos.

Risco Corporativo: riscos estratégicos e operacionais de uma Companhia.

Risco Inerente: é o risco intrínseco à atividade exercida pela Companhia. São aqueles que a Companhia está exposta, desconsiderando as ações (atividades de controle) que possam reduzir sua probabilidade e/ ou impacto.

Risco Residual: é o risco que permanece mesmo após a adoção de medidas utilizadas na mitigação do impacto e/ ou probabilidade de materialização do risco inerente.

Risco Emergente: risco novo ou em evolução que pode impactar significativamente uma organização, mas que ainda não é totalmente compreendido ou quantificado, caracterizado pela sua incerteza e complexidade.

Impacto: representação quantitativa e qualitativa da consequência do risco, caso venha se materializar.

Probabilidade: a probabilidade refere-se à chance de um risco específico se concretizar.

Exposição ao risco: é a classificação do risco avaliado em função do seu impacto e probabilidade, podendo ser Muito Alto, Alto, Médio e Baixo.

Apetite a risco: nível ao qual a Companhia está disposta a se expor em relação ao(s) risco(s) para cumprir seus objetivos estratégicos e agregar valor ao negócio.

Resposta do Risco: definição do tratamento que a Companhia dará ao risco residual.

Dicionário de riscos: catálogo de apresentação dos riscos devidamente organizado por natureza.

Dono do risco: colaborador que possui autoridade e responsabilidade para gerenciar o risco.

Elaboração de Cenários: processo para identificar, avaliar e projetar possíveis resultados de eventos futuros em situações de incerteza.

Matriz de Riscos: demonstração gráfica com base na análise geral dos riscos e de autoavaliação da Administração, em que são analisados os riscos da empresa, considerando impacto e probabilidade para sua materialização.

Key Risk Indicator (KRIs): componentes do processo de monitoramento de riscos, utilizados para fornecer indicadores antecipados (preventivos) ou atrasados (detectivos) de condições de risco em potencial.

Plano de Ação: proposta de melhoria ou correção de desvios e fatores de riscos identificados, com a finalidade de redução da probabilidade e impacto de materialização do risco a um limite que seja aceito pela Companhia.

COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*): organização reconhecida mundialmente por prover diretrizes relacionadas a aspectos críticos de governança corporativa, ética nos negócios, Controles Internos, Gerenciamento de Riscos Corporativos e dissuasão de fraude.

ISO 31000:2018: norma criada com o objetivo de estabelecer uma padronização na Gestão de Riscos entre as Companhias, bem como das melhores práticas e abordagens para sua implantação.

IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa): sugere as melhores práticas de governança corporativa, envolvendo especialistas do tema.

3. Ferramenta Suporte

N/A

4. Conteúdo

4.1. Abrangência

Esta Política se aplica a todas as empresas do Grupo Iguatemi S.A.

4.2. Diretrizes

4.2.1. Contexto

As organizações enfrentam diversos riscos relacionados à sustentabilidade, corrupção, fraude, ética nos negócios e reputação. No setor da Iguatemi, esses riscos são ampliados por fatores econômicos, sociais e operacionais, como flutuações econômicas, mudanças no comportamento do consumidor, inovações tecnológicas e eventos sociais e políticos.

Como consequência da condução de seus negócios, a Iguatemi assume riscos que, se não identificados e tratados de forma adequada, podem comprometer a sustentabilidade e perenidade dos seus negócios. Logo, é essencial estabelecer uma metodologia integrada com ferramentas, métricas, atividades e controles que suportem o processo de gestão de riscos, abrangendo todas as possíveis áreas de impacto.

Como o risco é inerente a qualquer atividade e impossível de eliminar, sua administração é primordial para não afetar as perspectivas da entidade. As atividades de gerenciamento de riscos corporativos devem ser vistas como fundamentais para a longevidade da organização e para a realização de seus objetivos, sejam eles de curto, médio e longo prazo (definidos de acordo com o Planejamento Estratégico da Iguatemi), além de ser analisadas à luz da realidade e do momento de cada entidade.

4.2.2. Sistema de Gestão de Riscos Iguatemi

Alinhado às melhores práticas de mercado, o Sistema de Gestão de Riscos Iguatemi adota como parte integrante da sua metodologia os *frameworks* COSO ERM, ISO 31.000:2018 e as diretrizes do IBGC. Essa abordagem combina critérios objetivos de avaliação com a visão estratégica da empresa.

Sendo assim, o processo de gestão de riscos da Iguatemi, está estruturado de acordo com as seguintes etapas:

4.2.2.1. Escopo, Contexto e Critérios

O contexto é estabelecido através da compreensão do ambiente interno, fundamentado no Planejamento Estratégico da Iguatemi e em seus objetivos, bem como do ambiente externo, relacionado aos fatores macroeconômicos, políticos, sociais, de sustentabilidade, tendências do setor,

concorrência, *benchmarking*, histórico com eventos de riscos materializados e notícias vinculadas na mídia.

4.2.2.2. Identificação de Riscos

A etapa de identificação de riscos e oportunidades envolve entender, reconhecer e registrar os riscos e fatores de risco estratégicos. O objetivo é identificar eventos que possam afetar os objetivos estratégicos da Iguatemi, levando em conta aspectos quantitativos e qualitativos.

Essa identificação geralmente é realizada por meio de reuniões periódicas (AGR – Análise Geral de Riscos) ou outras abordagens que se façam necessárias, com os principais executivos da empresa e membros independentes dos Comitês e Conselho. Além disso, são considerados os cenários internos e externos (incluindo riscos emergentes), bem como os resultados dos trabalhos de auditorias e controles internos.

4.2.2.3. Análise e Avaliação dos Riscos

A análise é realizada com base nos riscos e seus fatores, descritos no dicionário de riscos da Companhia, classificados conforme a natureza identificada: Estratégico, Financeiro, Operacional, Conformidade, Cyber e ESG (ambiental, social e governança).

A avaliação do risco identificado envolve a análise dos fatores de risco capturados e, quando aplicável, a criação de cenários. Esses elementos são combinados com a análise do possível impacto e sua probabilidade. Essa avaliação resulta na criação da Matriz de Riscos, que fornecem um mecanismo para priorizar esses riscos e direcionar os esforços para minimizar os riscos mais relevantes. As métricas para avaliar o impacto, a probabilidade e a exposição aos riscos são detalhadas em procedimento interno específico.

4.2.2.4. Tratamento dos Riscos

Após a avaliação dos riscos, é definido o tratamento a ser adotado, considerando as seguintes ações:

- i. Reduzir: implementar planos de ações/ controles que possam diminuir as causas ou as consequências dos riscos.
- ii. Compartilhar: definir ações que visam reduzir a probabilidade de ocorrência e/ ou impacto do risco, por meio da transferência ou compartilhamento total ou parcial do risco a terceiros, como, por exemplo, contratação de apólices de seguro, outsourcing etc.
- iii. Eliminar: consiste em descontinuar ou não se envolver com uma situação de risco (ex.: descontinuar uma operação).
- iv. Aceitar: a aceitação do risco pode ocorrer quando:
 - a. Se reconhece que a perda potencial de um risco não é suficientemente grande para justificar as possíveis ações mitigatórias.
 - b. Em situações em que o custo da ação mitigatória ultrapasse a exposição ao risco.
 - c. Por estratégia do negócio.

Para todas as situações descritas na resposta "Aceitar", é necessária a aprovação formal da instância de reporte, conforme a classificação final do risco (ver figura 1 a seguir). Caso a instância responsável concorde, o dono do risco fica isento da criação do plano de ação. No entanto, a área de Gestão de Riscos continua monitorando o risco em questão para garantir que a exposição não aumente.

Muito Alto	Conselho de Administração ¹
Alto	VPS/ CEO
Médio	Diretoria
Baixo	Gerência

¹ Devidamente recomendando pelo Comitê de Riscos e Compliance (CRC) e Comitê de Auditoria (COAUD).

Figura 1 – Exposição do Risco x Instância de Reporte

4.2.2.5. Monitoramento e Análise Crítica

O monitoramento e a análise crítica dos riscos, incluindo o reporte periódico aos órgãos de assessoramento do Conselho de Administração, são realizados pela área de Gestão de Riscos e o Dono do Risco. Neste reporte, são apresentados a evolução dos planos de ação/ controles e indicadores-chave de riscos (KRIs), quando aplicável, além da definição de novas ações para condução e/ ou mitigação.

A prorrogação dos prazos para a implementação dos planos de ação será permitida apenas com a devida autorização da instância responsável, acompanhada de sua correspondente justificativa aprovada pelo responsável da área, conforme tabela de alçada e detalhamentos a seguir:

Classificação do Risco	<i>Gerência</i>	<i>Diretoria</i>	<i>VP/ CEO</i>	<i>Conselho de Administração</i>
MUITO ALTO				X
ALTO			X	
MÉDIO		X		
BAIXO	X			

MUITO ALTO: a postergação somente será permitida se devidamente alinhada com o Comitê de Riscos e Compliance que submeterá ao Conselho de Administração.

ALTO: a postergação será permitida apenas 1 (uma) vez, desde que devidamente aprovada pela Vice-Presidência responsável e/ ou CEO que deverá submeter a justificativa ao Comitê de Riscos e Compliance.

MÉDIO: a postergação poderá ser realizada até 2 (duas) vezes, sendo a primeira com a devida aprovação da VP responsável e a segunda incluindo a aprovação do CEO.

BAIXO: a postergação poderá ser realizada quantas vezes forem necessárias, com a devida aprovação da Diretoria responsável.

Adicionalmente, a Companhia mantém outras atividades contínuas de monitoramento, realizadas pela área de Auditoria Interna ou por empresas terceirizadas (ex.: Auditoria Externa). A Iguatemi também realiza, com o envolvimento de seus executivos e membros independentes, a revisão anual de seus riscos, para reavaliar o alinhamento à sua estratégia e verificar continuamente a implementação e os resultados das medidas mitigadoras.

4.2.2.6. Comunicação e Consulta

A Iguatemi divulga informações dos seus riscos às partes interessadas de maneira que facilite a execução das responsabilidades dos colaboradores, incluindo a apresentação das informações em formatos adequados e dentro de prazos que permitam uma tomada de decisão assertiva. A Companhia assegura que essas informações sejam relevantes, transparentes, disponíveis, acessíveis e precisas.

Para garantir a integridade e a eficácia do processo de gestão de riscos, a área de Auditoria Interna tem a autonomia para realizar auditorias a qualquer momento.

4.3. Responsabilidades

4.3.1. Conselho de Administração

- i. Aprovar as diretrizes da estrutura de governança corporativa de gestão de riscos da Companhia, incluindo metodologia, políticas, processos, sistemas, integração com o Planejamento Estratégico, entre outros, quando devidamente recomendados pelo Comitê de Riscos e Compliance.
- ii. Monitorar o cumprimento das metodologias estabelecidas, as ações mitigatórias e os planos de ação dos riscos inerentes, especialmente aqueles que extrapolam o apetite ao risco da Companhia.
- iii. Apoiar as ações de conscientização dos gestores e colaboradores sobre a importância da gestão de riscos e a responsabilidade atribuída aos envolvidos no gerenciamento dos riscos da Companhia.
- iv. Assegurar a adequada gestão desta política, bem como a efetividade e a continuidade de sua aplicação.

4.3.2. Comitê de Riscos e Compliance

- i. Avaliar o processo de gerenciamento de riscos, incluindo metodologia, processos, sistemas, política e mecanismos de reporte, solicitando ajustes quando necessário e recomendando ao Conselho de Administração.
- ii. Acompanhar o mapeamento realizado pela gestão da Companhia, de todos os tipos de riscos relevantes, classificando-os segundo seus graus de impacto, sua probabilidade de ocorrência, sua origem e sua sensibilidade a ações preventivas ou mitigantes.
- iii. Reportar ao Conselho de Administração as exceções às diretrizes do processo de Gestão de Riscos e outros assuntos considerados relevantes.
- iv. Acompanhar o planejamento da Gerência de Riscos e Controles Internos, solicitando ajustes quando necessário, monitorando a execução do trabalho e avaliando a qualidade e efetividade do processo.

- v. Avaliar e monitorar as exposições e o gerenciamento dos riscos da Companhia.
- vi. Verificar se a administração está adotando os controles necessários para o gerenciamento de riscos que se julgue necessário um plano de ação para redução da sua exposição.
- vii. Recomendar ações para disseminar internamente a cultura de sensibilidade a riscos.

4.3.3. Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas

- i. Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, solicitando reporte periódicos para conhecimento e eventual contribuição.
- ii. Opinar e recomendar, quando requerido, no processo de gerenciamento de riscos desde que devidamente acordado com o Comitê de Riscos e Compliance.
- iii. Opinar e recomendar, quando requerido, ações para disseminação da cultura de gestão de riscos.
- iv. Acompanhar as atividades de controles internos, uma vez que os planos de ação sejam implementados e façam parte da Matriz de Riscos e Controles (MRC).
- v. Garantir que o Plano de Auditoria Interna está baseado na Matriz de Riscos da Iguatemi.

4.3.4. Comitê de Pessoas, Cultura e ESG

- i. Conhecer e contribuir na definição da régua de impacto ESG (Ambiental, Social e Governança) para classificação dos riscos estratégicos.
- ii. Acompanhar o monitoramento realizados pelos donos de riscos conjuntamente com a Gerência de Riscos e Controles Internos as exposições das categorias de riscos/ fatores de riscos de ESG.
- iii. Propor planos de ação para mitigação de riscos ESG, quando requerido pelos donos dos riscos e/ ou Gerência de ESG.

4.3.5. Diretoria/ VPs e CEO

- i. Participar do processo de gerenciamento de riscos da Iguatemi, em concordância com a Política (papéis, responsabilidades, processos, entre outros) e garantir que esteja alinhado às boas práticas de Gestão de Riscos.
- ii. Auxiliar na disseminação da cultura do gerenciamento de risco.
- iii. Conhecer e contribuir na definição do apetite a risco (impacto financeiro), assim como nos demais critérios qualitativos.
- iv. Conhecer e contribuir na revisão do dicionário de riscos estratégicos.
- v. Indicar os riscos que serão priorizados para avaliação do Comitê de Riscos e Compliance e aprovação do Conselho de Administração.
- vi. Promover periodicamente ciclos de avaliação e revisões ao processo de gerenciamento de riscos (agentes internos ou externos), de modo a assegurar a eficácia do gerenciamento e do monitoramento dos riscos.

4.3.6. Gerência de Riscos e Controles Internos

- i. Disseminar o conhecimento de gestão de riscos aos colaboradores e integrantes dos órgãos independentes, com o objetivo de promover a cultura de gerenciamento de riscos, via trilha de capacitação por nível hierárquico, além de workshops ou outras capacitações que se julgue necessárias.

- ii. Propor diretrizes para a estrutura de governança corporativa de gestão de riscos da Companhia, incluindo metodologia, processos, sistemas, entre outros.
- iii. Estabelecer e manter atualizada a Política e Procedimento de Gestão de Riscos, bem como os padrões e mecanismos próprios de reporte de informações.
- iv. Assegurar que os gestores de riscos identifiquem, mitiguem e monitorem os riscos da Companhia, garantindo a integridade dos controles internos.
- v. Avaliar periodicamente os planos de ação, realizando testes e ajustes necessários, conforme reuniões com os gestores de riscos, e estabelecendo prazos e responsáveis pela execução e reporte das ações mitigatórias.
- vi. Aprimorar a metodologia de cálculo do apetite a risco, avaliando a probabilidade e o impacto dos riscos mapeados da Companhia.
- vii. Colaborar com os executivos e integrantes dos órgãos independentes na discussão sobre a definição do apetite a risco aceitável da Companhia.
- viii. Coordenar e monitorar o processo de identificação e avaliação dos riscos junto aos executivos da Companhia.
- ix. Atualizar e revisar periodicamente os fatores de risco, especialmente quando houver atualizações no planejamento estratégico e/ou quando ocorrerem fatos relevantes.
- x. Acompanhar e reportar mudanças na criticidade dos riscos ao Comitê de Riscos e Compliance, Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas (quando requerido) e Conselho de Administração.
- xi. Apresentar ao Comitê de Riscos e Compliance e ao Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas (quando requerido) os riscos a serem priorizados e os planos de ação propostos.
- xii. Avaliar periodicamente a Matriz de Riscos da Companhia com uma visão independente da área de negócio, consolidada, abrangente (considerando eventuais riscos emergentes) e integrada, bem como o apetite a riscos, recomendando ao Comitê de Riscos e Compliance os ajustes e atualizações necessárias.

4.3.7. Donos dos Riscos

- i. Gerenciar os riscos sob sua responsabilidade, identificando alterações nos ambientes externos e internos que possam impactá-los e avaliando a necessidade de planos de ação para garantir o correto tratamento.
- ii. Implementar as ações necessárias para a mitigação dos riscos, com o envolvimento de outras áreas, alinhadas ao plano de ação validado pela Gerência de Riscos e Controles Internos.
- iii. Realizar revisões técnicas periódicas dos riscos, dos fatores a eles relacionados, das respostas e das avaliações dos riscos.
- iv. Reportar periodicamente à Gerência de Riscos e Controles Internos sobre a evolução dos riscos sob sua responsabilidade, mudanças significativas nos fatores de risco ou em qualquer outra característica, além da identificação de novos riscos anteriormente não mapeados.
- v. Manter um ambiente de controle efetivo sobre os riscos sob sua responsabilidade, evidenciando as ações implementadas.

4.3.8. Auditoria Interna

De acordo com a definição do Instituto dos Auditores Internos (IIA), a Auditoria Interna na Companhia deve examinar e auditar a conformidade dos atos e fatos administrativos, avaliando processos, controles internos e gerenciamento de riscos. Assim, ela atuará como a Terceira Linha, apoiando a estruturação e o funcionamento adequado da Primeira Linha (Áreas de Negócios) e da Segunda Linha (Controles Internos e Gestão de Riscos), ou seja, ela analisa as duas linhas anteriores de forma independente, identificando as oportunidades de melhoria aplicáveis.

5. Referências

- i. Código de Conduta Ética – Iguatemi.
- ii. Política de *Due Diligence* de Terceiros – Iguatemi.
- iii. Estatuto Social – Iguatemi.
- iv. Regimento Interno do Conselho de Administração – Iguatemi.
- v. Regimento Interno do Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas – Iguatemi.
- vi. Regimento Interno do Comitê de Riscos e Compliance – Iguatemi.
- vii. Relatório de Sustentabilidade – Iguatemi.
- viii. IFRS S1.
- ix. IFRS S2.
- x. Instrução CVM 80.
- xi. Instrução CVM 552.
- xii. Instrução CVM 586.
- xiii. Regulamento do Novo Mercado.
- xiv. Ofício Circular da CVM SEP 01/17.
- xv. COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Enterprise Risk Management Framework).
- xvi. Caderno de Governança Corporativa – Gerenciamento de Riscos Corporativos (Evolução em Governança e Estratégia).
- xviii. ISO (International Organization for Standardization) 31.000.
- xix. IIA (The Institute of Internal Auditors).

6. Anexos

N/A

7. Informações de Controle

7.1. Responsáveis pelo documento

Responsável	Área
Elaboração	Gerência de Riscos e Controles Internos
Revisão	Vice-Presidência Jurídica e CEO
Aprovação	Conselho de Administração

7.2 Registro de Versões

Versão	Data da Publicação
1ª	01/09/2022



IGUATEMI